

## **CIDADES SUSTENTÁVEIS: RESILIÊNCIA OU OBRIGATORIEDADE ?**

**MARALYSA CORREIA DE SOUZA CAVALCANTI**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES**

### **Resumo**

O Desenvolvimento Sustentável é um termo cunhado sob duas palavras ambíguas e que a cada década torna-se mais frequente nos discursos acadêmicos, sociais e políticos pela necessidade de alinhar entendimentos entre o crescimento, a evolução das sociedades e a preservação socioambiental. Há muitos fatores nesse contexto, que envolvem desde o surgimento do Estado como entidade político administrativa até a necessidade atual de determinar ações para preservação ambiental, equilíbrio econômico e equidade social. Não há como dissociar o crescimento econômico da utilização dos recursos naturais, ain

### **Palavras Chave**

Cidades Sustentáveis, Políticas Públicas, Governança

### **Agradecimento a órgão de fomento**

Agradecimento a Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

# CIDADES SUSTENTÁVEIS: RESILIÊNCIA OU OBRIGATORIEDADE

?

## 1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável é um termo cunhado sob duas palavras ambíguas e que a cada década torna-se mais frequente nos discursos acadêmicos, sociais e políticos pela necessidade de alinhar entendimentos entre o crescimento, a evolução das sociedades e a preservação socioambiental. Há muitos fatores nesse contexto, que envolvem desde o surgimento do Estado como entidade político administrativa até a necessidade atual de determinar ações para preservação ambiental, equilíbrio econômico e equidade social.

Não há como dissociar o crescimento econômico da utilização dos recursos naturais, ainda mais quando o progresso da sociedade é dependente da exploração da terra e do homem. Com as grandes mudanças econômicas, impulsionadas pelas Revoluções Industriais novas correntes de pensamento surgiram adaptando-se à cada época. Diversas concepções de Estado eram defendidas por Marx, Lenin e Mao e elas refletem os padrões atuais da sociedade no que se refere à economia, produção e utilização de recursos. Assim, os estudos sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, políticas públicas e governança não se baseiam unicamente na economia, mas também na sociologia, ciência política, ciências ambientais, educação, gestão pública e biologia.

O colonialismo e as suas heranças, provocaram em 1959, a partir da Assembleia Geral das Nações Unidas a instituição da primeira década (1960-1970) com vistas a realizar esforços para a redução da pobreza nos países subdesenvolvidos, assim como melhorar os níveis de empregabilidade, reduzir as taxas de mortalidade, elevar a expectativa de vida, as taxas de alfabetização e as condições de habitabilidade da população. Com o passar das décadas os problemas deixaram de ser locais e passaram a ser globais e com isso, surgiram novos instrumentos de intervenção governamental para a prevenção da poluição e a melhoria das fiscalizações, é nesse interim que as políticas públicas ganham espaço para discussão, buscando uma relação articulada entre a sociedade e o estado e incluindo outros diversos atores para subsidiar o processo decisório, ou seja as políticas públicas passaram a adotar uma abordagem multicêntrica (SECCHI, 2010).

A importância das políticas públicas engrena-se no sentido do atendimento das necessidades da coletividade e conforme Bergue (2011, p. 508) “política pública é o conjunto de decisões, de opções e de ações que a administração leva a efeito, orientada por uma coletividade e baseada pelo interesse público”. Nessa teia encaixa-se perfeitamente o desenvolvimento sustentável e o despertar de uma nova consciência na utilização dos recursos naturais ainda disponíveis no planeta, para que as gerações futuras também os utilizem.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022), a publicação Relatório das Cidades aponta que a população mundial urbana ultrapassa de 56% do total global para 68% em 2050, exigindo um maior compromisso dos governos locais, regionais e nacionais e o mais grave é que no Brasil houve retrocesso no que se refere ao cumprimento dos 17 ODS; o Relatório Luz (2022) aponta que de todas as metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, 65,47% estão em retrocesso, 14,28% estão em progresso insuficiente, 6,54% permaneceram ou entraram em estagnação, 8,33% estão ameaçadas e 4,76% há ausência de informações para análise.

Esse fato incitou a necessidade de observar como as políticas públicas de maneira local e a atuação da governança não somente em busca da transparência, efetividade e economicidade das ações, mas também na capacidade de direcionamento estratégico da gestão voltado para o desenvolvimento sustentável. Como ferramenta para apoio à governança, especificamente para os municípios, os administradores públicos podem utilizar os ODS e a Norma ISO 18091 para

melhorar a gestão pública de várias maneiras, com direcionamento estratégico eficaz e buscando o bem-estar das próximas gerações.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO**

### **DA CIDADE A CIDADE SUSTENTÁVEL**

A dependência da natureza tornou o homem nômade, porém a necessidade de organização originou as cidades. O cultivo dos solos e a domesticação de animais foram responsáveis pelo surgimento das primeiras aldeias em que a terra era um bem comum e por isso, era lavrada coletivamente; os primeiros grupos consolidaram-se e o conhecimento expandiu-se quando os integrantes das aldeias entenderam que deveriam estar mais próximos dos rios para uma melhor efetividade agrícola, desenvolvendo técnicas de irrigação e o domínio dos animais para o arado, a troca de mercadorias iniciou-se e o esboço das cidades se consolidou.

O desenvolvimento das sociedades e conseqüentemente, das cidades, avançou acompanhando as mudanças de mercado geradas, principalmente, pelas Revoluções Industriais, as áreas rurais ficam cada vez mais escassas e o formato das cidades é frequentemente alterado à guisa da necessidade da adaptação das populações.

Uma alternativa para minimizar esses danos emerge do conceito de cidades sustentáveis, que é o tipo mais durável de assentamento que o ser humano é capaz de construir (ROSELAND, 1997), tendo em vista que o mundo continua em urbanização e é inegável que a cidade continuará a ser força motriz para o crescimento global, fato que requer planejamento, gestão, políticas públicas e governança acurados.

As cidades sustentáveis produzem valor ambiental nas zonas urbanas e geram valor econômico, ambiental e social a todos, isso requer uma nova lógica de funcionamento e crescimento que diverge da ideia de “expansão com esgotamento” e esse é o real desafio do milênio. Considerando que as cidades sustentáveis são o modelo ideal de desenvolvimento, com eficiência no transporte público, saneamento básico para todos, distribuição de energia elétrica sem agressão ao meio ambiente, gestão de resíduos, habitação para todos e acessibilidade garantida (SACHS, 1993), além de ser uma cidade com maior segurança (JACOBS, 2011) e que valoriza a qualidade de vida (GEHL, 2015). Assim, a participação do Estado é essencial nessa transição da exploração à sustentabilidade e as políticas públicas constituem esse tecido.

Compreende-se como políticas públicas todos os atos que um governo escolhe ou não fazer (DYE, 1984), elas se materializam em leis, campanhas, obras, programas e buscam abarcar todas as áreas da sociedade integrando o conjunto de atribuições do Estado sejam no nível estratégico e/ou no nível para funcionamento do próprio sistema político.

As políticas públicas urbanas derivam do poder dado aos municípios em que é competência do município legislar sobre assuntos de interesse local. Nesse interim, cabe mencionar a governança pública, que pode ser traduzida através da relação entre governo e sociedade civil na consecução dos objetivos públicos, ela é veículo para que os gestores públicos possam implementar as políticas públicas com mais efetividade (HUTFY, 2010).

Em adição, encaixa-se a relação entre a governança pública e a sustentabilidade que de acordo com Cader e Villac (2022), uma boa governança significa a boa capacidade de definição do direcionamento estratégico com o olhar sobre o desenvolvimento nacional sustentável, sobre o longo prazo, e sobretudo, sobre o bem-estar das futuras gerações. Tem-se, portanto, um desafio para os gestores no que se diz respeito ao desenvolvimento local em observância dos elementos da sustentabilidade na gestão pública, esse desafio envolve uma gestão estratégica capaz de unir os aspectos da governança (avaliar, dirigir e monitorar) com os aspectos da gestão (planejar, executar e controlar), removendo controles desnecessários,

melhorando o desempenho local e atendendo às necessidades da população. Uma ferramenta interessante para monitoramento, planejamento e controle dos aspectos da qualidade nos governos locais, é a Norma ABNT ISO 18091, criada para ser utilizada como instrumento de gestão de prefeituras, utilizando os ODS como base de uma boa governança.

### 3 CONCLUSÃO

A evolução e o desenvolvimento das cidades brasileiras são permeados de aspectos positivos e negativos sob a ótica da manutenção da cadeia vital. O cenário futuro é o ator principal quando se trata dos sistemas eco sociais e, as políticas públicas, exercem papel fundamental nesse cerne. As cidades estão se tornando espaços cada vez mais relevantes à medida que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável (DS) se consolida como um tema permanente na agenda global (KIST; BELLLEN, 2022), tal fato requer uma atenção articulada entre Estado e Sociedade, o que desponta a necessidade de a Administração Pública somar esforços em prol de uma boa governança rumo ao título concreto de cidade sustentável. Por qualquer ângulo que se olhe, nota-se a urgente e inevitável necessidade de fortalecimento das ações públicas, influenciando o crescimento das demandas de políticas públicas que fortaleçam o Governo e a sustentabilidade (CADER; VILLAC, 2022).

Ferramentas estratégicas de gestão podem auxiliar a tomada de decisão no que se refere ao cumprimento dos ODS, a aplicação de ferramentas de qualidade, como a ISO 18091 pode estimular a melhoria da prestação dos serviços aos cidadãos, auxiliar na prosperidade econômica sustentável e no desenvolvimento social a nível local.

### REFERÊNCIAS

- BERGUE, Sandro T. Modelos de Gestão em Organizações Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: EducS, 2011.
- CADER, Renato; VILLAC, Teresa. Governança e sustentabilidade. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 155p. ISBN 978-65-5518-395-5.
- DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984
- GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo, Perspectiva, 2013.
- Hufty, M. (2010). Gobernanza en salud pública: hacia un marco analítico. *Revista de Salud Pública*, 12(1), 39-61.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades/ Jane Jacobs. – 3ª.ed.- São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011
- KIST, M. B.; VAN BELLEN, H. M. Gestão da sustentabilidade em cidades: uma perspectiva considerando a atuação de redes da sociedade civil no processo de análise de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 56, n. 5, p. 583–602, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87931>. Acesso em: 8 set. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Habitat III. Nova Agenda Urbana (2016). Versão em português, 2019. [online]: ONU, 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXIrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>. Acesso em: 03 de setembro de 2023.
- ROSELAND, M. Dimension s of the eco-city, 1997. Disponível em:. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p. *Studies*, 35(9), 1481-1500.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.